

Mariana Pantoja Franco

Antropóloga, Doutoranda em Ciências Sociais (UNICAMP) e Bolsista da FAPESP.

As Reservas Extrativistas e a Institucionalização do Movimento Local dos Seringueiros: O Caso do Alto Juruá¹

I – Introdução

A proposta de Reservas Extrativistas enquanto uma política governamental para a questão da terra na Amazônia surge num contexto de lutas e resistência². Populações extrativistas, basicamente seringueiros, viram ameaçada a sua permanência em seus locais tradicionais de moradia e trabalho frente à penetração de grupos econômicos do Sul. A chegada desses grupos a partir

dos anos de 1970, ocorre num contexto de continuada crise da borracha, quando muitos ex-seringalistas vendem suas propriedades para esses novos empresários, cujas atividades econômicas são de grande impacto ambiental (pecuária e exploração madeireira) ou de fins especulativos³.

Observando o estado do Acre, onde foram criadas as primeiras Reservas Extrativistas, é possível estabelecer uma distinção entre

os acontecimentos que tiveram lugar no Vale do Purus e no Vale do Juruá⁴. No caso deste último, onde os grupos que penetravam pelo Vale do Purus não chegaram a se estabelecer, proprietários de seringais começaram a canalizar recursos governamentais destinados à modernização da empresa seringalista para atividades como a pecuária, o estabelecimento de serrarias e a atividade comercial. Alguns venderam seus seringais para empresas do Sul, como a

¹ Este artigo constitui uma versão preliminar de um esforço de sistematização e análise sobre o processo de criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá e da entidade de representação dos moradores da área. Este trabalho tem sido desenvolvido no âmbito da equipe do Projeto de Pesquisa e Monitoramento da Reserva Extrativista do Alto Juruá (convênio assinado em 1993 entre a Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP, a Universidade de São Paulo–USP, o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis e do Meio Ambiente–IBAMA e a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá– ASAREAJ).

² A proposta de Reservas Extrativistas foi formulada em encontros de seringueiros que realizaram-se em vários estados da Amazônia no início dos anos de 1980. Este trabalho estará lidando com informações referentes ao estado do Acre, mais especificamente ao Vale do Juruá.

³ Consultar Paula (1991) e Almeida (1992). Para uma análise dos impactos da colonização agrícola em áreas de seringais, consultar Teixeira (1996).

⁴ As informações sobre as transformações ocorridas no Vale do Juruá estão baseadas no trabalho de Almeida (1992).

Consulmar Empreendimentos que, em 1982, concluiu a compra dos seringais da bacia do Tejo, no alto rio Juruá, mas os manteve ativos através do seu arrendamento para *patrões*⁵ locais. Esses mesmos seringais, no final dos anos de 1980, foram *locus* de uma série de iniciativas de mobilizações por parte dos seringueiros e, em 1990, foram transformados na Reserva Extrativista do Alto Juruá por um decreto presidencial.

A preocupação que informa a análise a seguir refere-se à institucionalização do movimento social local dos seringueiros, entendida como o processo de consolidação de suas propostas e entidades após as primeiras conquistas. Assim, a institucionalização implica na construção de uma forma de associação, com seus dirigentes e um quadro administrativo, onde a noção de representação está presente. Este processo traz consigo a profissionalização, com o estabelecimento de man-

datos, normas e uma rotina institucional. Por outro lado, a institucionalização é também a consolidação de um mediador, um “meio de campo”, que passa a reivindicar e negociar em nome dos seus representados – não sem conflitos internos – num palco de alianças e disputas com outros interlocutores e poderes instituídos⁶.

Num esforço preliminar de discussão, este artigo pretende trazer à luz, através da etnografia de situações históricas, questões que incidem sobre o processo de institucionalização do movimento social local dos seringueiros do Alto Juruá.

II – O que são Reservas Extrativistas?

Em 1985, quando foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros, as Reservas Extrativistas

foram propostas pelos seringueiros da Amazônia a partir da percepção da especificidade de sua forma de ocupação da terra e uso dos recursos naturais, e da impossibilidade de mantê-la e garantir seus direitos por meio do instrumento legal vigente, o Estatuto da Terra⁷. As Reservas Extrativistas foram idealizadas de forma a compatibilizarem-se com a atividade extrativista, que requer o uso de grandes extensões de território, não obedecendo os limites impostos pelo sistema de lotes⁸. Além disso, somadas às reivindicações de justiça social e de melhoria das condições de vida, com a proposta de Reservas Extrativistas os seringueiros defendiam a idéia de que a existência de agrupamentos humanos não é incompatível com os objetivos de conservação ambiental⁹. A caracterização das Reservas Extrativistas como unidades de conservação colocou-as sob a jurisdição do IBAMA, e, constitucionalmente, garantiu-

⁵ Como são conhecidos localmente os proprietários ou arrendatários de seringais.

⁶ As idéias sobre institucionalização e mediação foram retiradas de Weber (1984) e Novaes (1994), respectivamente.

⁷ Para uma análise da especificidade da figura jurídica das Reservas Extrativistas e sua diferença com relação ao Estatuto da Terra, consultar Almeida (1995). Sobre a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e a formulação da proposta de Reservas Extrativistas, consultar, entre outros, Allegretti (1987), Almeida (1989), CNS et al. (1989) e Esterici et al. (1992).

⁸ Os seringueiros vivem e trabalham em *colocações*, unidades espaciais e socioeconômicas onde estão estabelecidos grupos domésticos, explorando cada um, em média, duas *estradas de seringa*, além de outros recursos naturais disponíveis. As *estradas de seringa* são caminhos abertos na floresta ao longo dos quais estão naturalmente dispostas as seringueiras. A divisão de um seringal em *colocações* e a abertura de *estradas de seringa* não obedece à lógica de delimitação de lotes, pois a ocupação territorial realiza-se em consonância com a disponibilidade e disposição espacial dos recursos naturais. Assim, as *estradas de seringa* podem ocupar extensões territoriais comuns a duas *colocações*, seus percursos se cruzando no meio da mata, atravessar rios e igarapés para continuar na outra margem, ou mesmo passar pelo *terreiro* da casa de um vizinho.

⁹ A questão da presença humana em unidades de conservação dos recursos naturais não é pacífica, e tem sido objeto de discussões e de regulamentação, através do Sistema Nacional das Unidades de

lhes a emissão de posse imediata.

As Reservas Extrativistas tornaram-se assim unidades de conservação sob jurisdição da União, cuja especificidade reside no fato de atribuir à população, representada em associação, a co-responsabilidade pelo seu gerenciamento e conservação. Dois instrumentos legais balizam essas obrigações: a Concessão Real de Uso, que formaliza a autoridade da entidade local sobre a área, e o Plano de Utilização¹⁰. Como consequência imediata, tem-se o imperativo da constituição de instituições locais fortes, ou seja, com base social mobilizada, capacidade organizativa e administrativa, e com relações institucionais consolidadas.

III – Questões numa Trajetória Institucional

Não sendo possível, no espaço deste artigo, descrever e analisar a totalidade dos acontecimentos históricos relevantes para a preocupação que informa a análise aqui pretendida, a exposição a se-

guir adotará a seguinte estratégia: seleção de situações que revelam problemáticas pertinentes ao entendimento do surgimento, desenvolvimento e consolidação de uma proposta organizativa e de propriedade da terra, voltada para a defesa dos direitos da população residente nos seringais do Alto Juruá.

3.1. As bases de legitimidade da dominação

Historicamente, o sistema que pautou as relações de trabalho nos seringais do Alto Juruá fundamentava-se na subordinação de seringueiros a *patrões*. Por este sistema, os seringueiros eram obrigados a pagar uma taxa anual (*renda*) pelas *estradas de seringa* que exploravam, além de entregar toda a sua produção de borracha nos *barracões*, onde encontravam disponíveis para venda artigos de consumo doméstico (sal, açúcar, querosene, munição etc.). A borracha operava como uma moeda para a aquisição dessas *mercadorias*. Contudo, devido ao preço extremamente elevado das mesmas, os seringueiros termina-

vam por contrair uma *dívida* com o *barracão*, que, mesmo comportando saldos em seu favor, era renovada no início da safra anual de borracha, ocasião em que aviavam-se.

Contudo, as relações entre *patrões* e seringueiros são melhor compreendidas se pensadas em termos da vigência de obrigações mútuas entre as partes. Assim, por exemplo, a relação de aviação garantia aos *patrões* o acesso à borracha produzida na floresta e, em contrapartida, aos seringueiros, o contínuo suprimento de bens necessários à sua reprodução social. O abastecimento dos *barracões* com *mercadorias*, a *roçagem* (limpeza) das *estradas de seringa*, a manutenção de animais de carga e *varadouros* (trilhas) em bom estado para o transporte da borracha, o auxílio em casos de doença etc., sintetizadas pelos seringueiros sob o termo *assistência*, operavam como mecanismo de legitimação, ou espécie de contrapartida para o pagamento de débitos e da *renda*¹¹.

• • • • •

• Conservação. Sobre o assunto, consultar anais de seminário interno realizado pelo Instituto Sócio Ambiental (SP), em abril de 1996, e os anais do Seminário Internacional sobre a Presença Humana nas Unidades de Conservação, realizado em Brasília, sete meses depois.

• ¹⁰ O Plano de Utilização contém o conjunto de leis sobre o uso dos recursos naturais existentes na Reserva, aprovado inicialmente em assembléia geral pelos moradores e, posteriormente, pelo IBAMA, sendo então publicado no Diário Oficial. O Plano de Utilização traz em si a noção de direitos sujeitos a deveres, condicionando a posse da terra à obrigações de preservação. O cumprimento de suas normas, que em geral estão pautadas nos usos costumeiros dos recursos, deve contar com apoio fiscalizatório por parte da população e também do IBAMA.

• ¹¹ Esta conceituação da dominação pode ser encontrada em Weber (1984). Sobre a reciprocidade presente nas relações entre *patrões* e seringueiros, consultar Almeida (1992) e Pantoja Franco (1994).

Nos anos de 1980, o governo federal, que desde 1945 sustentava a empresa seringalista tradicional com uma série de políticas de preço, crédito e reserva de mercado, começou a retirar progressivamente este apoio, o que vai se refletir nos seringais do Alto Juruá através do rompimento do acordo tácito entre *patrões* e seringueiros. Os *novos patrões*¹² não garantiam mais condições consideradas como mínimas para o trabalho nos seringais, mas, por outro lado, a cobrança da *renda* permanecia, assim como a exigência de monopólio sobre a produção de borracha dos seringueiros. O uso de forças policiais para repressão e recebimento de *dívidas* tornou-se mais freqüente.

A análise histórica dos acontecimentos que tiveram lugar no Alto Juruá ao longo deste século deve considerar, portanto e necessariamente, que as relações entre *patrões* e seringueiros comportaram elementos de maior ou menor reciprocidade¹³. Assim, em meados dos anos 80, as bases da legitimidade do sistema de *barracões* estavam, aos olhos dos domi-

nados, minadas. E foi neste contexto de crise de autoridade que realizou-se a mobilização política dos seringueiros.

3.2. Os mediadores e o destino propositivo da insatisfação

Em 1978, a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, em Cruzeiro do Sul, foi acompanhada pela eclosão de delegacias sindicais em todo Alto Juruá, e os enfrentamentos cada vez mais constantes no interior dos seringais ganharam novo fôlego sob a liderança dos delegados sindicais. A atuação sindical introduziu novos termos para definir a situação nos seringais: o enfrentamento entre a “lei do sindicato” e a “lei do patrão”. Ou seja, a oposição entre, por um lado, direitos legalmente garantidos e, por outro, o uso de forças policiais e ameaças de expulsão dos seringueiros de suas *colocações*¹⁴. No alto Tejo tornou-se famoso por sua atuação e atrevimento o nome de João Claudino, delegado sindical entre os anos de 1980 a 1982.

De acordo com o antropólogo Mauro Almeida, a experiência de organização coletiva sob a liderança de João Claudino revelou contudo que, em que pese a capacidade organizativa e de resistência, haviam limitações dadas pela “falta de recursos materiais e simbólicos”. As mobilizações realizadas foram localmente interpretadas como um confronto entre indivíduos (*patrão* x delegado sindical), o que colocava para a liderança seringueira a necessidade de igualar seu poder de força ao do *patrão*. Isto significava a adoção de práticas clientelísticas como a do crédito, fornecimento de *mercadorias* e auxílios diversos. O movimento de seringueiros precisaria de suportes externos expressivos para afirmar sua autoridade e legitimidade¹⁵.

No ano de 1986, o Conselho Nacional dos Seringueiros chega à região, e logo convoca um encontro em Cruzeiro do Sul com a presença de 40 participantes. Deste evento, participaram Francisco Barbosa de Melo, o Chico Ginú, e Chico Roberto, seringueiros do alto Tejo e delegados

¹² Arrendatários de seringais cuja principal característica é o pouco tempo de permanência à frente do *barracão* e a busca de lucro rápido. Os *novos patrões* surgem no contexto de crise da borracha nos anos de 1980.

¹³ Esta perspectiva, porém, não significa eliminar as tensões das relações entre seringueiros e *patrões*. Estas vieram à tona sempre que os seringueiros consideraram que o contrato tácito, como diz Almeida (1992), havia sido rompido. Assim, ao longo de todo o século XX tem-se notícia de conflitos nos seringais, embora estes não sejam aqui objeto de análise.

¹⁴ As informações sobre a atuação sindical no Alto Juruá estão registradas no trabalho de Almeida (1992). Também as entrevistas com testemunhas e personagens do período estão sendo usadas como fonte.

¹⁵ Consultar Almeida (1992: cap. IV). Boa parte das informações constantes na próxima seção sobre a atuação do Conselho também podem ser encontradas nesse mesmo trabalho.

sindicais. Durante o ano de 1987, dedicaram-se a difundir a mensagem do Conselho e da proposta de Reservas Extrativistas. Nesta mesma época, o grupo empresarial local Cameli & Filhos, arrendatário dos seringais do Tejo pertencentes a Consulmar Empreendimentos, começou a fazer levantamentos sobre a incidência de mogno na área para fins de exploração madeireira. Este mote foi incorporado ao discurso de Chico Ginú, que destacava o descalço dos *patrões* com a manutenção das *estradas de seringa*, não mais contratando *mateiros*¹⁶ e estimulando o emprego de técnicas predatórias para extração de um maior volume de látex.

Em janeiro de 1988, o Conselho cria uma representação regional para o Vale do Juruá, e convida Antonio Luiz Batista de Macedo para coordenar as atividades. Em maio e junho do mesmo ano, Macedo fez a sua primeira viagem à bacia do rio Tejo, onde, junto com Chico Ginú e outros delegados sindicais do rio Bagé, realizou reuniões com os seringueiros e redigiu um levantamento preliminar sobre a situação dos seringais da bacia do Tejo¹⁷ e, posteriormente, a proposta inicial de criação da Reserva Extrativista.

Ainda no mesmo ano, em outubro, a coordenação regional do Conselho convocou o Primeiro Encontro de Seringueiros do Vale do Juruá, que teve grande repercussão no interior dos seringais, tendo os organizadores do Encontro sido surpreendidos com o comparecimento de 700 seringueiros, mais suas famílias, vindos de 85 seringais da região, além da presença de 200 índios. Neste Encontro, duas reivindicações eram repetidas a todo momento: o fim da *renda* e da violência dos *patrões*.

3.3. Memória, carisma e poder

O surgimento da “Cooperativa” e o tempo por ela inaugurado, fortemente marcado pela subversão da ordem patronal, é o acontecimento mais fortemente gravado na memória local dos primeiros tempos de mobilização.

Em 1989, uma conjuntura bastante particular – configurada, inclusive, pelo assassinato de Chico Mendes, ocorrido em dezembro de 1988 – viabilizou negociações inéditas de recursos governamentais diretamente para as mãos dos seringueiros. Foi assim que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou recur-

sos para a criação de núcleos cooperativos ao longo da bacia do Tejo. A chegada das primeiras *mercadorias* à área concretizou uma situação de confronto, na qual um poderio secular era posto por terra à medida que um tradicional instrumento de poder – as *mercadorias* – estava mudando de mãos.

E a temperatura crescia nos seringais com o início do funcionamento dos núcleos cooperativos. Foram tempos de tensão e enfrentamentos, conforme relembram hoje os seringueiros. Muitos recordam ameaças sofridas e o cuidado em andar com suas espingardas quando viajavam pelos rios. *Patrões* recorreram à intimidação e tentativas de proibição da permanência das *mercadorias* em *colocações* que, afirmavam, lhes pertenciam, mas o discurso dos direitos já estava presente nos argumentos dos seringueiros.

Forças policiais, que sempre haviam atuado defendendo interesses patronais, foram desta vez destacadas, por determinação judicial, para dar cobertura ao envio das primeiras levas de *mercadorias* e às principais lideranças, acentuando ainda mais a inversão da ordem vigente. Mas mesmo a sua presença não impediu, por exemplo, que Macedo sofres-

• • • • •
¹⁶ O *mateiro* era em geral um (ex)seringueiro contratado pelos *patrões* para percorrer as *estradas de seringa* e fiscalizar as técnicas de corte empregadas pelos seringueiros. Havia técnicas autorizadas, assim como um calendário de corte, fora do qual era proibida a extração de látex. O *mateiro* tinha autonomia e autoridade para chamar atenção de um seringueiro sobre seu corte, multá-lo ou mesmo interditar o corte de uma *estrada de seringa*.

• ¹⁷ Consultar Macedo (1988).

se um atentado na sede do seringal Restauração, quando, numa reunião que acabara de ter início dentro da igreja, o *patrão* local disparou tiros de revólver. A ação policial impediu que o confronto tivesse conseqüências mais graves, e ainda hoje o furo da bala do revólver no teto da igreja traz a memória desses tempos heróicos.

Em 23 de janeiro de 1990, quando a Cooperativa encontrava-se reforçada por novas levas de mercadorias e os *patrões* cada vez mais na defensiva, o Decreto 98.863 criou a Reserva Extrativista do Alto Juruá, abrangendo uma área de 506.186 ha de rios e florestas de alta biodiversidade, hoje localizada no município de Marechal Thaumaturgo (desmembrado de Cruzeiro do Sul em 1992), do qual representa cerca de 2/3 do território e 70% da população¹⁸.

3.4. A herança do passado na construção do presente

No mês de junho de 1989, fora criada, em assembléia realizada na foz do Bagé, a primeira entidade de representação cuja base territorial correspondia à da po-

pulação dos seringais alvo da mobilização em favor da Reserva Extrativista: a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo. Nesta ocasião, foi eleita a sua primeira diretoria, sendo Chico Ginú seu presidente. Carteiras para os sócios foram confeccionadas e distribuídas após o pagamento da anuidade de seis quilos de borracha. No ano seguinte, com a criação da Reserva, a Associação foi transformada na atual ASAREAJ, com estatuto próprio votado em assembléia e uma diretoria composta de 10 membros¹⁹.

Criada a Reserva, o esforço concentrou-se no sentido de consolidar a sua implantação. Em julho de 1991 foi assinado um convênio entre o IBAMA e a Associação, tendo como interveniente técnico o Conselho, com o apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI e da UNICAMP. Nos meses de agosto, setembro e outubro nove equipes percorreram toda a área da Reserva cadastrando a população e também realizando um levantamento socioeconômico amostral²⁰. O convênio também previa o compromisso da Associação com a elaboração de

um Plano de Utilização. Em dezembro de 1991, na IV Assembléia Geral Ordinária foram discutidas em grupos de trabalho e votadas em plenário as leis que, a partir de então, governariam o uso dos recursos naturais da Reserva, bem como orientariam ações fiscalizatórias e punitivas.

Após quase três anos de experiência cooperativista, a IV Assembléia realizou a avaliação das atividades da Cooperativa e da Associação num contexto em que as atividades da primeira estavam em franca decadência. O fato das duas avaliações terem sido realizadas juntas é particularmente relevante para os fins aqui pretendidos, pois retrata uma sobreposição de responsabilidades e indefinição de autoridade entre elas.

Com efeito, entre os pontos negativos elencados sobre a atuação da Cooperativa esteve a não clareza sobre funções e poderes, e as sugestões para a nova diretoria da Associação a ser eleita incorporaram a proposta de separação de atribuições e responsabilidades. Esta indistinção estava expressa em muitas declarações onde à pergunta sobre a atuação

¹⁸ A Reserva Extrativista do Alto Juruá foi inicialmente proposta com o nome de Reserva Extrativista do Vale do Rio Tejo, mas avaliações posteriores concluíram que a integridade ambiental da área requeria a inclusão dos demais afluentes do Juruá vizinhos à bacia do Tejo e às demais unidades de conservação vizinhas (um Parque Nacional e quatro Áreas Indígenas).

¹⁹ Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Primeiro e Segundo Suplentes, e o Conselho Fiscal, com três membros efetivos e um suplente.

²⁰ Em 1991 a população total da Reserva era de 5.983 pessoas, ocupando 856 moradias (casas) e com uma densidade demográfica de aproximadamente 1,2 habitantes por quilômetro quadrado. Consultar ASAREAJ (1992).

da Associação, obtinha-se a resposta de que “o movimento [comercial]” havia acabado.

Este quadro revela uma percepção não muito clara, naquele momento, sobre a própria Associação e suas atribuições. Toda esta situação, contudo, não é tão surpreendente se considerarmos que a criação da Associação se deu numa conjuntura marcada pelo surgimento da Cooperativa e fim do monopólio comercial dos *patrões*. A instalação de uma situação extraordinária, neste sentido fortemente carismática, estabeleceu-se como marco referencial, tanto para a visão da Cooperativa quanto da Associação, que tenderam a indiferenciar-se. Esta tendência teria sido reforçada pela própria não divisão de trabalho entre os responsáveis por uma e por outra, levando, por exemplo, o presidente da entidade a atuar como um *gerente*, atrás de um balcão.

Comportamentos como este revelam, por outro lado, a construção de legitimidade pela recorrência aos recursos materiais e simbólicos que tradicionalmente conferiram autoridade no seringal. Na verdade, está-se falando de um momento onde a Associação – pensada enquanto uma forma de organização com mandatos, equipamentos e pessoal pró-

prio – está ainda a firmar-se.

O documento final também foi claro quanto às insatisfações com a atuação da Cooperativa. Entre as críticas feitas, são de particular interesse para este trabalho as que apontaram para deficiências administrativas. Sob este rótulo estão agrupadas reclamações quanto ao sistema de abastecimento dos núcleos, à venda de borracha para comerciantes locais (*regatões e marreteiros*), à alegada ineficiência e irresponsabilidade de muitos *gerentes* e à não realização de uma contabilidade adequada dos núcleos.

A Cooperativa, naquele momento, enfrentava uma série de problemas internos de gerenciamento, como apontado pelos seringueiros, e também externos, referentes à queda cada vez maior do preço da borracha numa situação de inflação. O projeto financiado pelo BNDES previa uma assessoria técnica de uma entidade de Rio Branco, mas esta nunca chegou a se realizar. Viagens de acompanhamento aos núcleos foram feitas, mas as deficiências persistiram. Grande parte dos *gerentes* era analfabeta, ou semi-analfabeta, e nunca tinha antes “lutado com *mercadorias*”, negociando e registrando as operações. A avaliação sobre o desempenho dos gerentes não envolve,

porém, somente questões de ordem técnica.

Sua escolha, feita em reuniões comunitárias, na grande maioria dos casos obedeceu a critérios de confiança e parentesco, o que se constituiu numa faca de dois gumes. Por um lado, conferiu às escolhas a legitimidade da participação da população, mas, por outro lado, colocou em posições de responsabilidade pessoas que não estavam tecnicamente habilitadas para tal, e cujas redes de relações sociais em que se achavam inseridas exigiam-lhe a retribuição da confiança nelas depositada. O fiado, unanimemente criticado na IV Assembléia e alvo de inúmeras regulamentações desde um treinamento para *gerentes* de 1989, pode ter sua persistência parcialmente entendida pelos laços sociais que ligavam os *gerentes* aos seus fregueses²¹.

Para encerrar este item, embora sem dar conta do assunto, talvez uma via de análise interessante seja a de refletir sobre este período como o de desestruturação de um sistema tradicional de dominação, tal como conceituado por Max Weber, e o caminhar ainda excitante no sentido de construção de novos padrões de relação social²². Uma cooperativa de seringueiros não deveria negociar com seus inimigos (*patrões* e

• • • • •

²¹ Sobre o assunto, consultar Pantoja Franco (1994).

²² Para Weber (1984), a dominação tradicional apoia-se sobre ordenações e poderes herdados de tempos antigos, sendo, portanto, os princípios de dominação legitimados pela tradição, não podendo ser criados repentinamente.

comerciantes), conforme apontou a IV Assembléia, mas o fez, seja para reabastecer as prateleiras vazias dos núcleos com *mercadorias*, seja obedecendo a lealdades construídas no *tempo do patrão*. A introdução de novas regras de comércio num sistema que operava tradicionalmente por dívidas crônicas e adiantamentos, enfrentou dificuldades e mesmo resistência. O percurso mostrou-se talvez mais cheio de desvios e contradições do que gostariam aqueles que, nos anos de 1993, criticavam fortemente a experiência da Reserva como marcada pela desorganização e a despolitização²³.

3.5. Institucionalização e profissionalização

Nas páginas anteriores, embora em rápidos *flashes*, foram vislumbradas algumas situações do processo de constituição da uma entidade criada pelos seringueiros do Alto Juruá, para representar seus interesses mediante a defesa de uma proposta de reforma agrária singular, a de Reservas Extrativistas²⁴. Nesta seção, serão rapidamente descritos outros episódios que ilustram, para os fins aqui pretendidos, a trajetória percorrida pela Associação até o ano

de 1995.

O ano de 1992 foi especialmente difícil para a Reserva e sua Associação. Neste ano a borracha alcançou seu pior preço, chegando mesmo a ter sua compra interrompida pelas usinas e comerciantes da região. Paralelamente a esta situação, a Cooperativa entrava em franco descenso, frustrando e revoltando os moradores e sócios da Associação. O ano também viu eclodir sérias disputas envolvendo diretores da Associação e a representação regional do Conselho (CNS), que alcançaram sua temperatura máxima com a intervenção da direção nacional do Conselho e com a explicitação de divergências internas à diretoria da Associação sobre a forma como a situação estava sendo conduzida. A Associação passa então por uma profunda crise de legitimidade interna e externa à Reserva.

Contudo, a VI Assembléia Geral da Associação, realizada em abril de 1994, reverteu a fase de descrédito e crise, tendo sua preparação envolvido um intenso trabalho de mobilização local, do qual participaram diretores, lideranças comunitárias e assessores. Com 400 sócios registrados e o dobro de presentes, a Assembléia

contou ainda com a presença de representantes de instituições governamentais, como o IBAMA, ONGs parceiras e universidades, além dos titulares do poder público municipal. Nos quatro dias do evento, os grupos de trabalho e a plenária avaliaram projetos em andamento, discutiram propostas para a Cooperativa e os Estatutos, e encaminharam reivindicações de interesse geral da Reserva, como a agilização da emissão da Concessão Real de Uso. A Assembléia concluiu este que foi um rito de passagem com a eleição da nova diretoria para o biênio seguinte.

O ano de 1995 vai assistir a um intenso processo de organização burocrático-administrativa da Associação. A Diretoria passa a trabalhar através de planejamentos prévios e reuniões periódicas; instâncias de organização de base são formalizadas, recrutando um número maior de lideranças locais e comprometendo-as com as atribuições da Associação; as relações institucionais com o IBAMA, co-responsável pelo gerenciamento da Reserva, são estreitadas, e particularmente incrementadas com o anúncio da aprovação do Programa Piloto, do qual a Reserva é uma das beneficiadas.

²³ Consultar, por exemplo, nos boletins do Conselho Nacional dos Seringueiros, artigos e declarações de membros de sua direção nacional. Deve ser ainda dito que desde 1995, com recursos provenientes do Plano Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, a Cooperativa voltou a operar em boa parte da área da Reserva, agora como um setor autônomo, embora subordinado à Diretoria da Associação.

²⁴ A idéia de uma reforma agrária plural e diferenciada pode ser encontrada em Esterici et al. (1992) e Medeiros et al. (1994).

Visando a administração dos recursos deste Programa, além de outros projetos em desenvolvimento na área, a Associação aos poucos vê-se obrigada a investir na estruturação do seu setor administrativo, que passa a contar com novos recursos materiais (sede física em Cruzeiro do Sul, telefone, fax, computadores) e pessoal de escritório (como um contador e secretária), além de regimento interno de funcionamento regulando atribuições e hierarquias. A necessidade de dedicação quase que exclusiva aos trabalhos da Associação, traz para a cena a questão da profissionalização crescente dos dirigentes: novas e maiores responsabilidades exigem novos e mais especializados conhecimentos. Data desta época o impasse quanto à concessão de “ajuda de custo” aos dirigentes, justificada por eles como necessária frente às exigências de trabalho, mas encontrando dificuldade de ser alocada no Programa, que enxerga a dedicação como “contrapartida comunitária”.

As reflexões de Max Weber podem mais uma vez ajudar a pensar sobre as transformações mais recentes pelas quais passa a Associação. Não são identificáveis características puras da “dominação legal com administração burocrática”, como, por exemplo, a impessoalidade, a calculabilidade e a presença de regras de aplicabilidade universal. Mas são clara-

mente observáveis iniciativas no sentido de constituir quadros administrativo e diretor orientados por uma crescente especialização e profissionalização. Considerando assim que na administração burocrática o saber é elemento distintivo, é possível utilizar este modelo para refletir sobre a conjuntura mais recente da Associação quanto à sua institucionalização. Mesmo os trabalhos de base e contato com os moradores têm exigido a manipulação de relações e conhecimentos que pressupõem alguma capacitação prévia, seja pela experiência institucional individual, seja por programas de formação e treinamento gerencial²⁵.

IV – À Guisa de Conclusão

As idéias e reflexões aqui anunciadas, mais do que concluídas, devem ser coroadas com novas perguntas. Afinal, o desafio colocado pelos seringueiros da Amazônia à sociedade e a si mesmos, é o de construir propostas e organizações orientadas por princípios como os da participação, da igualdade e da representatividade. As perguntas abaixo dizem respeito basicamente à sustentabilidade e ao monitoramento institucional dessas entidades locais. Deve ser dito que não se constituem [as perguntas], em absoluto, em qualquer avaliação de experiências institucionais

concretas. Não foi esta a intenção, e sim a de levantar questões que podem ser “boas para pensar”.

Uma primeira problemática diz respeito à construção de novos padrões de relação frente às formas de sociabilidade tradicionalmente vigentes no seringal, fortemente marcadas pelo parentesco e clientelismo. Até que ponto novos padrões e regras, de caráter mais institucional, e não familiar ou individual, logram ser implantados no dia-a-dia das entidades de representação dos seringueiros? Como monitorar e avaliar o seu desenvolvimento?

Outra questão a ser enfrentada é a da manutenção de um fluxo de informações entre os diretores e a população representada. O morador de uma Reserva Extrativista e sócio de uma associação consegue entender a necessidade e o papel dos trabalhos burocrático-administrativos e do quadro de funcionários recrutados? Quais são as formas mais eficazes de informá-lo, e de fazer com que ele se sinta preocupado por esta dimensão institucional de sua entidade de representação?

A profissionalização inevitável do corpo de dirigentes e funcionários é uma outra questão contemporânea. A profissionalização não corre o risco de se transformar numa forma de exclusão de novos líderes do corpo de direto-



²⁵ Gerenciamento entendido aqui em sentido amplo: social, econômico e ambiental.

res? De que forma garantir a formação e renovação de lideranças em funções cada vez mais especializadas? Por outro lado, muitas dessas associações transformam-se em geradoras de empregos (no caso dos funcionários administrativos) e de possibilidades profissionais (como o gerenciamento de núcleos cooperativos, o trabalho como agente de saúde ou professor, a fiscalização do uso dos recursos naturais etc.). Como evitar os riscos do empreguismo e construir critérios legítimos de avaliação periódica?

A questão da autonomia gerencial e administrativa também é relevante, o que supõe regras bem definidas a orientar as relações das associações com seus parceiros institucionais. Supõe também uma profissionalização no sentido do conhecimento técnico e manejo, por parte dos seringueiros, dos procedimentos e trâmites relativos à negociação de projetos e recursos. A autonomia e legitimidade podem ser ameaçadas pela espera por recursos financeiros para a execução de atividades. A coordenação entre planejamento e execução costuma sofrer reveses, em parte devido aos tempos distintos que comandam a dinâmica social das Reservas Extrativistas e as etapas burocráticas e obrigatórias para a liberação de recursos.

Finalmente, a presença de poderes públicos locais instituídos (como prefeituras e câmaras de vereadores) pode colocar para as associações a questão da concor-

rência pela representação dentro da mesma base territorial, e onde as partes contam com diferentes aportes de recursos materiais, humanos e simbólicos. O que fazer para que as expectativas dos sócios quanto às suas associações não sejam pautadas por práticas clientelísticas, tão comuns na atuação do poder local junto às populações amazônicas?

V – Bibliografia Citada

- ALLEGRETTI, M. H. 1987. Reserva Extrativista In: *Reservas Extrativistas – uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica*. Curitiba, IEA, (mimeo).
- ALMEIDA, M. W.B. de. 1989. *Sete Teses sobre o Conselho Nacional dos Seringueiros*. Rio Branco, (mimeo).
- _____ 1992. *Rubber tappers fo the Upper Juruá river, Brazil. The making of a forest peasant economy*. Cambridge, (mimeo).
- _____ 1995. O Estatuto da Terra e as reservas extrativistas In: *Reforma Agrária* (1). Campinas, ABRA.
- ASAREAJ. 1992. *Cadastro de moradores da Reserva/Resumo de dados preliminares*.
- CNS, STR DE XAPURI & CUT. 1989. *Chico Mendes*. São Paulo, CEDI/CNS/CUT.
- ESTERCI, N., MEDEIROS, L. S., PANTOJA FRANCO, M. & LEITE, S. 1992. Assentamentos rurais: um convite ao debate In: *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA (3).
- MACEDO, A. L. B. de. 1988. *Levan-*

tamento da situação atual dos seringueiros do rio Tejo. (mimeo).

- MEDEIROS, L. S., ESTERCI, N., PANTOJA FRANCO, M., LEITE, S. & BARBOSA, V. 1994. *Assentamentos Rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Edunesp.
- NOVAES, R. R. 1994. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização In: MEDEIROS, L. S. et al. *Assentamentos Rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Edunesp.
- PANTOJA FRANCO, M. 1994. Seringueiros e cooperativismo: o “fetichismo” das mercadorias nos seringais do Alto-Juruá In: MEDEIROS, L.S. et al. *Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo, Edunesp.
- PAULA, E. A. 1991. *Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, (mimeo).
- TEXEIRA, C. C. 1996. *Seringueiros e colonos: encontros de culturas e utopias de liberdade em Rondônia*. Campinas, UNICAMP, (mimeo).
- WEBER, M. 1984. Los tipos de dominación In: *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.